

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.627.745 - RS (2015/0313338-0)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORA : MARCIA REGINA LUSA CADORE E OUTRO(S) - RS029266
EMBARGADO : FRIGORÍFICO MARIENSE LTDA
ADVOGADO : FRANCISCO PREHN ZAVASCKI E OUTRO(S) - RS058888
INTERES. : ADALBERTO MIGLIORINI
INTERES. : LINO VITORIO MIGLIORINI
INTERES. : ANTONIO MIGLIORINI

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. VÍCIO NO JULGADO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo Estado do Rio Grande do Sul, contra decisão monocrática de minha relatoria, cuja ementa estabelece, *in verbis*:

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. OFENSA AO ARTIGO 535 DO CPC. NÃO CARACTERIZAÇÃO. VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. TESE NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 211/STJ. REQUISITOS QUE ENSEJARAM A CASSAÇÃO DO ACÓRDÃO PROFERIDO NA ORIGEM POR VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC/1973. TEMA TRANSITADO EM JULGADO. TESE PRECLUSA. CONHEÇO PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL, E, NESSA EXTENSÃO NEGO-LHE PROVIMENTO.

A embargante sustenta que a decisão embargada encontra-se omissa, ao argumentar que a decisão embargada não abordou os aludidos aspectos do recurso especial, limitando-se a consignar que a referida tese recursal do Estado estaria voltada a impugnar o acórdão dessa e. Corte Superior que anulou o acórdão de origem. No entanto, o Estado visa justamente a demonstrar que o próprio acórdão de origem, ao reconhecer a ilegitimidade dos sócios, ofendeu a eficácia preclusiva da coisa julgada, prevista nos arts. 6º, 473 e 474 do CPC/1973, o que não foi enfrentado na decisão singular ora embargada.

Impugnação aos aclaratórios às fls. 1.763/1.774 (e-STJ).

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Com efeito, impende consignar que a tese veiculada no Recurso Especial

interposto pelo Estado, cuja alegação fundamenta igualmente estes aclaratórios acerca de uma suposta omissão, não se prospera. Isto porque, o tema dito omissio já foi debatido nesta Corte, como nas instâncias de origem, e, outrossim, as razões desta dita omissão se remetem às alegações já suscitadas em contrarrazões do primeiro Recurso Especial (fls. e-STJ 1.073/1.097), dos Embargos de Declaração (fls. e-STJ 1.155/1.160) e, posteriormente, do Agravo Regimental (fls. e-STJ 1.178/1.127) interpostos nos autos do Recurso Especial nº 1.318.800.

Portanto, as matérias “omissas” trazidas pelo embargante já foram objeto de apreciação e julgamento por esta E. Corte, operando-se a imutabilidade da coisa julgada, especialmente quanto ao ponto central da tese do Estado, decidindo este E. Superior Tribunal de Justiça que os embargos de declaração opostos pelos sócios da pessoa jurídica eram cabíveis e as matérias ali suscitadas o foram no “momento oportuno”. Logo, não há que se falar em omissão na decisão embargada, mas sim numa tentativa torpe do Embargante de revisar o acórdão proferido no REsp 1.318.800, cujo resultado lhe foi desfavorável.

Neste sentido, os declaratórios apenas são cabíveis nos casos estritamente previstos no CPC/2015 [ou no CPC/1973, a depender da data de publicação do julgado embargado], não se prestando a reapreciar a causa, tampouco a reformar o entendimento proferido pelo órgão julgador, em razão dos rígidos contornos processuais desta espécie de recurso.

Ilustrativamente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. JUÍZO PROVISÓRIO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL REALIZADO PELA CORTE ESTADUAL. NÃO VINCULAÇÃO DO STJ. COMPETÊNCIA DESTA TRIBUNAL SUPERIOR PARA A Apreciação DEFINITIVA DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS. 2. INTEMPESTIVIDADE RECURSAL. COMPROVAÇÃO DE FERIADO LOCAL APÓS A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. IMPOSSIBILIDADE, NOS TERMOS DO ART. 1.003, § 6º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. PRECEDENTES. INAPLICABILIDADE DO DISPOSTO NO ART. 932 DO NCPC. 3. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO. 4. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. O juízo provisório de admissibilidade do recurso especial realizado pelo Tribunal de origem não vincula o Superior Tribunal de Justiça, a quem compete a apreciação definitiva dos pressupostos desse recurso. Precedente.

2. Nos termos do art. 1.003, § 6º, do CPC/2015, a ocorrência de feriado local deverá ser comprovada, mediante documento idôneo, no ato da interposição do recurso. Assim, inaplicável à hipótese o entendimento firmado por esta Corte, ainda sob a ótica do regramento processual previsto no Código de Processo Civil de 1973, no sentido de admitir a comprovação, em agravo interno, da ocorrência de feriado local ou suspensão do expediente forense no Tribunal de origem, como pretende a agravante.

2.1. De fato, "a intempestividade é tida pelo Código atual como vício grave e, portanto, insanável. Daí porque não se aplica à espécie o disposto no parágrafo único do art. 932 do CPC/15, reservado às hipóteses de vícios sanáveis" (AgInt no AREsp 957.821/MS, Rel. Ministro Raul Araújo, Rel. p/

Acórdão Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 20/11/2017, DJe 19/12/2017).

2.2. Segundo entendimento do STJ, "o dia do servidor público (28 de outubro), a segunda-feira de carnaval, a quarta-feira de cinzas, os dias que precedem a sexta-feira da paixão e, também, o dia de Corpus Christi - não são feriados nacionais, sendo imprescindível a comprovação de suspensão do expediente forense na origem" (AgInt no REsp n. 1.715.972/MA, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 15/5/2018, DJe 18/5/2018).

3. É cabível o arbitramento dos honorários recursais, porquanto o recurso especial foi interposto na vigência do Código de Processo Civil de 2015, em consonância com o entendimento proferido no julgamento dos EDcl no AgInt no REsp n. 1.573.573/RJ, desta relatoria, julgado em 4/4/2017, DJe de 8/5/2017.

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1392162/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 28/03/2019)

Dessa forma, reitero que a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC e que os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito, nem ao prequestionamento de dispositivos constitucionais com vistas à interposição de Recurso Extraordinário.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC PARCIALMENTE CONFIGURADA. OMISSÃO. RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA 'C'. NÃO-DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. RESSARCIMENTO DO SUS. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL.

1. Hipótese em que se acolhem parcialmente os aclaratórios para sanar omissão em relação ao dissenso pretoriano.

2. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial, com base na alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito.

4. A solução integral da controvérsia, com argumento suficiente, não caracteriza ofensa aos arts. 458 e 535, II do CPC.

5. A matéria concernente ao disposto no art. 32 da Lei 9.656/1998 foi analisada sob enfoque constitucional, o que torna inviável a sua discussão em Recurso Especial.

6. Embargos de Declaração acolhidos parcialmente sem efeito infringente.
(EDcl no AgRg no REsp 1.140.199/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 16.12.2009)

TRIBUTÁRIO - COFINS - ISENÇÃO - ALEGADA OMISSÃO DA DECISÃO EMBARGADA - AUSÊNCIA DE EIVA NO JULGADO - PRETENSÃO DE EFEITOS INFRINGENTES - SUPOSTA VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS - IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA ESPECIAL. 1. Nítido é o caráter modificativo que a embargante, inconformada, busca com a oposição destes embargos declaratórios, uma vez que pretende ver reexaminada e decidida a controvérsia de acordo com sua tese.

[...]

3. 'Não cabe a este STJ examinar no âmbito do recurso especial, sequer a título de prequestionamento, eventual violação de dispositivo constitucional, tarefa reservada ao Pretório Excelso (C.F., art. 102, III, e 105, III)' (EDREsp 247.230/RJ, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ 18.11.2002).

Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no REsp 725.400/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJ de 10.10.2006)

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.
É como voto.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator